

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E POS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

O Perfil dos Egressos do Curso de Ciências Econômicas da UFAM e o
Mercado de Trabalho

BOLSISTA: Denise Alcântara Ferreira, FAPEAM

MANAUS
2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E POS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

RELATORIO FINAL
PIB-SA/0081/2012
O Perfil dos Egressos do Curso de
Ciências Econômicas da UFAM e
o Mercado de Trabalho

Bolsista: Denise Alcântara Ferreira, FAPEAM

Orientadora: Prof^a Msc Enimar Jerônimo Wendhausen

MANAUS
2013

Todos os direitos deste relatório são reservados à Universidade Federal do Amazonas, ao Núcleo de Estudo e Pesquisa em Ciência da Informação e aos seus autores. Parte deste relatório só poderá ser reproduzida para fins acadêmicos ou científicos.

Esta pesquisa, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM, através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal do Amazonas, foi desenvolvida pela acadêmica do curso de Ciências Econômicas da UFAM, Denise Alcântara Ferreira.

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo verificar o perfil e a inserção dos egressos do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Amazonas no mercado de trabalho no município de Manaus, diplomados no período de 2009 a 2011. Apresentaram-se como objetivos específicos: a) Levantar informações em relação ao perfil dos egressos do curso de Ciências Econômicas da UFAM; b) verificar as atividades desenvolvidas pelos egressos de economia da UFAM no mercado de trabalho; c) registrar as opiniões dos egressos em relação à formação obtida e a exigida no mercado de trabalho. Consistiu em uma pesquisa descritiva e quanto aos procedimentos técnicos realizou-se pesquisa bibliográfica, documental e levantamento. Os dados foram coletados a partir da aplicação de questionários encaminhados para o endereço eletrônico dos egressos selecionados. De um universo de 162 egressos apenas 27 questionários foram respondidos. Apesar de poucos terem atendido à solicitação dos pesquisadores em participar do estudo, percebeu-se que a maioria dos que participaram reclamam da integração do curso com o mercado de trabalho. Contudo, declararam que recomendariam o curso de Ciências Econômicas da UFAM.

Palavras-chave: Egressos; Ciências Econômicas; Mercado de Trabalho.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	6
2 REVISÃO DA LITERATURA.....	9
2.1 Mudanças Ocorridas no Mercado de Trabalho.....	9
2.2 A Formação do Economista.....	12
2.3 A Área de Atuação e o Mercado de Trabalho para o Economista.....	16
3 O PERFIL DOS EGRESSOS DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UFAM E O MERCADO DE TRABALHO .	21
3.1 Perfil dos Egressos.....	21
3.2 Formação Acadêmica e Ocupação Durante a Graduação.....	22
3.3 Ocupação Atual.....	23
3.4 Avaliação do Curso.....	26
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
REFERÊNCIAS.....	33
ANEXO A.....	35

1 INTRODUÇÃO

As transformações verificadas no mundo do trabalho promoveram algumas mudanças capazes de atualizar o ensino na área no que se referem às estruturas curriculares dos cursos de graduação em economia,. A academia em conjunto com órgãos e instituições representantes dos economistas iniciou as discussões sobre o conteúdo e a forma necessária para a formação do bacharel em Ciências Econômicas (PARENTE et. al., 2008).

Esta preocupação pode ser justificada pelo fato de que por se tratar de um mercado em constante evolução a sua atualização deve ser constante, a fim de garantir a inserção destes profissionais no mercado de trabalho. O estudo em questão teve início no ano de 2011 e o universo de pesquisa compreendia os egressos do curso de Ciências Econômicas da UFAM, diplomados no período de 1995 a 2003. Contudo, poucos foram os questionários respondidos, o que comprometeu o resultado da pesquisa.

Dessa forma solicitou-se a renovação da pesquisa. Dessa vez, o período selecionado foi de 2009 a 2011. O critério adotado para tal seleção foi dirigir a um período mais recente, pois, o fato de alguns desses egressos terem sido alunos da coordenadora poderia facilitar o contato e as respostas dos questionários.

A questão que se pretendeu responder foi a seguinte: Qual é o perfil dos egressos do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Amazonas e como estes têm participado do mercado de trabalho local?

O objetivo geral do estudo consistiu em identificar o perfil e a inserção dos egressos do curso de Ciências Econômicas da UFAM no mercado de trabalho no município de Manaus, diplomados no período de 2009 a 2011, para avaliar a adequação da formação do economista as exigências do mercado de trabalho e contribuir com as mudanças promovidas na estrutura curricular do curso. Apresentando-se como objetivos específicos: a) levantar informações em relação ao perfil dos egressos do curso de Ciências Econômicas da UFAM; b) verificar as atividades desenvolvidas pelos egressos de economia da UFAM no mercado de trabalho; c) registrar as opiniões dos egressos em relação à formação obtida e a exigida no mercado de trabalho.

Atualmente encontra-se em vigência uma nova estrutura curricular no curso de Ciências Econômicas da UFAM, sendo que a mesma é ministrada simultaneamente com a estrutura antiga. Contudo, apesar das mudanças realizadas na estrutura curricular a

pesquisa é de grande relevância haja a vista que pretende apresentar um panorama da situação dos egressos do curso, no período de 2009 a 2011, em relação ao mercado de trabalho local, ainda formados de acordo com a estrutura curricular antiga e, em um futuro próximo, traçar um novo panorama. Desta vez, com os egressos formados no novo projeto pedagógico curricular, criando-se a possibilidade de verificar a ocorrência ou não de mudanças na relação entre o perfil dos egressos e o mercado de trabalho.

A motivação para o desenvolvimento da pesquisa foi o de acreditar que os resultados apresentados seriam de grande relevância para se compreender melhor em que sentido o curso tem contribuído para a formação do profissional de Ciências Econômicas. Esperava-se que os resultados obtidos pudessem contribuir com informações relevantes capazes de nortear novas ações do Departamento no sentido de repensar o curso.

A pesquisa pode ser considerada como descritiva pelo fato de descrever e apresentar as características de determinada população. Quanto aos procedimentos, a pesquisa pode ser classificada como pesquisa bibliográfica, documental e levantamento. Este último consiste na interrogação direta dos indivíduos. O instrumento de coleta de dados utilizado foi questionário autoaplicado. O formulário de coleta de dados foi avaliado e aprovado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), sob o código CAAE – 0256.0.115.115-11.

O universo de pesquisa compreendeu 162 egressos e optou-se por entrar em contato com toda a população da pesquisa por e-mail e também por telefone e convidá-los a participar do estudo. Aproximadamente 42 egressos não foram contatados e isto ocorreu, pelo fato dos e-mails estarem incorretos ou os números de telefone desatualizados.

Após meses de espera das respostas dos questionários encaminhados por e-mail, solicitou-se o auxílio de alguns professores do curso. Foram enviados para estes professores o questionário, o termo de consentimento livre esclarecido e os e-mails dos egressos; para que então os professores enviassem e solicitassem a alguns de seus ex-alunos que participassem da pesquisa. Porém, ainda assim, os questionários respondidos ficaram abaixo do esperado.

Em suma, conseguiu-se o número do telefone e o e-mail de cento e vinte egressos. Contudo, o contato foi realmente efetivado com apenas sessenta e um destes e

apenas vinte e sete questionários foram respondidos. Na verdade, apenas 44% dos 61 questionários enviados foram respondidos.

O relatório encontra-se dividido em três seções como se segue: na segunda serão discutidas as mudanças ocorridas no mercado de trabalho, além de serem apresentadas reflexões sobre a formação do economista e a sua carreira profissional. Na seção de número três realiza-se a apresentação dos dados fornecidos pelos egressos.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Nesta seção serão destacadas as mudanças ocorridas no mercado de trabalho. Em seguida, algumas reflexões sobre a formação do economista, a carreira do profissional de economia e da atuação deste profissional no mercado de trabalho serão realizadas. A discussão pautou-se nos trabalhos de autores como: Castioni (1998), Pochmann (2002; 2010), Mendes (2001), Costa (2011), Machado (2011), Lins e Bendelack (2011), Rodrigues Filho (2011), Rocha (2011), Vieira Filho (2011) e outros.

2.1 Mudanças Ocorridas no Mercado de Trabalho

O mercado de trabalho é definido como sendo o *locus* onde os trabalhadores responsáveis pela oferta de trabalho e os empresários que empregam essa mão-de-obra se confrontam e realizam negociações coletivas, determinando salários, nível de emprego, condições de trabalho e demais aspectos relativos às relações entre capital e trabalho (PINHO; VASCONCELLOS, 2003).

Várias são as posições existentes em relação aos motivos que levam um indivíduo a experimentar a condição de desempregado no mercado de trabalho. Alguns atestam que é pela baixa ou falta de qualificação, enquanto outros afirmam que o forte controle trabalhista e proteção social sobre o mercado de trabalho são responsáveis por esta situação.

Pochmann (2002) observou a ausência de um consenso entre alguns órgãos importantes como o Banco Mundial, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) em relação aos aspectos causadores do desemprego.

Para o Banco Mundial, o desemprego seria resultado da ausência de plena liberdade comercial e da ampla difusão tecnológica; enquanto que segundo a OCDE, o desemprego seria provocado por fatores conjunturais e pela existência de uma forte regulamentação trabalhista e proteção social inadequada sobre o mercado de trabalho. Por sua vez, para a OIT, a escassez de vagas estaria associada à taxas insatisfatórias de crescimento da economia.

Para Pochmann (2002) o desemprego é um fenômeno mundial, mas apresenta especificidades nacionais e distintas formas de enfrentamento. Nos países capitalistas avançados, o problema do desemprego seria recente, verificando-se a partir da metade dos anos 70. Sendo considerado um fenômeno recente nas economias socialistas em fase de transição para a economia de mercado, enquanto que nos países da periferia, o desemprego seria um problema constante.

Ainda na concepção de Pochmann (2002), fatores de natureza externa e interna influenciariam o mercado de trabalho e seriam responsáveis pelo desemprego. Como fator de natureza externa destaca a difusão de novas tecnologias como elemento responsável pela redução dos postos de trabalho e adverte que a expansão do comércio externo teria contribuído com a redução dos empregos de menor qualificação nos países avançados, promovendo um deslocamento geográfico de empresas e ofertando bens produzidos com salários irrisórios nas economias capitalistas.

Quanto aos fatores de natureza interna destacam-se a excessiva quantidade de trabalhadores com baixa qualificação profissional, a elevada rigidez nos contratos de trabalho e ampla proteção ao trabalhador e o custo trabalho provocado por acordos sindicais (POCHMAN, 2002).

A qualificação é um aspecto presente na maioria das discussões sobre o mercado de trabalho e um problema constante apontado por alguns empresários. Mas, o que significa ser qualificado? Neves e Leite (1998) *apud* Wendhausen (2009)

[...] indagam sobre a existência de um núcleo comum de entendimento sobre a noção de qualificação. Afirmam que '[...] a qualificação do trabalhador compõe um conjunto de saberes escolares, técnicos e sociais, que o tornam capacitado profissionalmente. (NEVES; LEITE, 1998, *apud* WENDHAUSEN, 2009, p. 504).

Para Braverman 'o conceito de "qualificação", "instrução" e "educação" são em si mesmos bastante vagos [...]'. Este afirma que, 'com o desenvolvimento do modo capitalista de produção, o próprio conceito de qualificação torna-se degradado juntamente com a deterioração do trabalho [...]'(BRAVERMAN, 1987, *apud* WENDHAUSEN, p. 504).

Ao analisar o mercado de trabalho brasileiro, Pochmann (2002) destaca que entre as décadas de 40 e 70 era elevado o nível de estruturação desse mercado em torno

do emprego assalariado regular e dos segmentos organizados. Com redução das ocupações não-organizadas e do grau de subutilização da força de trabalho brasileira.

A implementação e consolidação do projeto de industrialização nacional em conjunto com a institucionalização das relações e condições de trabalho seriam responsáveis pela estruturação desse mercado de trabalho. Contudo, apesar de um mercado de trabalho estruturado, os problemas verificados nos países subdesenvolvidos tais como: a informalidade, o subemprego, baixos salários e desigualdades de rendimentos continuaram presentes.

Na década de 70 teve início um novo estágio de transformação tecnológica, denominado como a 3ª Revolução Tecnológica. Este novo estágio rompeu com a lógica prevalecente até então quanto à utilização da força de trabalho, pois com a automação flexível e a difusão da microeletrônica, o trabalhador não só alimenta a máquina, mas também comanda o que ela deve fazer. Esse novo modelo passou a exigir na concepção de Castioni (1998), não apenas trabalhadores que “façam”, mas preferencialmente “que pensem”.

Autores como Azevedo e Souza (1993) citados por Wendhausen (2009) ressaltam que a automação e as novas técnicas de gestão ao mesmo tempo em que vão abolindo a necessidade de determinadas habilidades e qualificações, paulatinamente vão criando outro padrão de estruturação de produção bastante complexa. Essa nova configuração do trabalho passou a gerar um debate sobre as novas exigências em relação à educação e à formação dos trabalhadores (HIRATA, 1999, apud WENDHAUSEN, 2009).

A partir da década de 80 o Brasil passou a apresentar graves problemas econômicos, essa década ficou conhecida como a década perdida. O país passou por um período de recessão que foi de 1981 até 1984. A inflação, durante o período de 1981 a 1993, chegou a apresentar quatro dígitos. Desta forma, o país se viu obrigado a colocar em prática uma série de políticas de ajuste macroeconômico, o que gerou impactos negativos sobre o mercado de trabalho.

Dedecca e Brandão (1993) destacam que no período de 1990 a redução do nível de atividade econômica em conjunto com a abertura da economia brasileira e a ausência de políticas mais claras sobre que caminho seguir para promover uma expansão futura da economia do país levou as empresas a promover ajustes, resultante

em queima definitiva de parte da capacidade de produção das mesmas e a eliminação de postos de trabalho.

Na concepção de Pochmann (2010), o abandono das teses neoliberais no século XXI deu um novo fôlego à economia brasileira com a promoção de políticas econômicas e sociais responsáveis pela expansão da produção, em ritmo quase duas vezes maior do que o verificado nos anos 1990.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a taxa de desemprego no Brasil no período de 2002 foi de 9,9%, oscilando em torno deste percentual nos anos seguintes. Com a crise econômica internacional que se manifestou nos Estados Unidos a partir de 2007 e contaminou toda a economia mundial, a taxa de desemprego observada no país ficou em 7,8% em 2008 e 9,1% no ano de 2009.

De acordo com Cacciamali e Tatei (2010) a economia brasileira entrou tecnicamente em recessão no primeiro trimestre de 2009 como reação à crise econômica internacional iniciada em 2008, presenciando-se reduções no valor do PIB, na taxa de ocupação e o aumento na taxa de desemprego aberto.

Desta forma, diante de uma economia em constante transformação em que determinadas atividades profissionais não são mais necessárias, enquanto novas atividades e profissões são criadas e recriadas, é importante conhecer a posição do economista no que tange à sua formação e mercado de trabalho.

2.2 A Formação do Economista

O economista é considerado um profissional volátil, que domina diversas ferramentas ao mesmo tempo. No entanto, precisa aprender a tirar vantagem desta situação. Este profissional é comparado por alguns a um ornitorrinco, que segundo relatório publicado pela Revista *Nature*, se trata de um animal único, que é ao mesmo tempo um réptil, um pássaro e um mamífero (COSTA, 2011).

Aqui [...] se embute a [...] comparação com os atributos desse estapafúrdio ser da natureza que é o ornitorrinco [...] [que tem bico (e dentes, na tenra infância) e bota ovo mas amamenta os filhotes, e vive mais na água do que em terra firme], também está equipado com nadadeiras dianteiras e patas traseiras – estas últimas dotadas de venenosos ferrões prontos para o que der e vier. Ainda assim, quem diria, é tido e havido como animal manso e pacífico (MENDES, 2001, p. 18).

Ao ser comparado a este animal pouco conhecido por muitos, o que os autores que o fazem tentar mostrar é que o economista incorpora muito de outras profissões, é ao mesmo tempo: matemático, filósofo, psicólogo, antropólogo, geógrafo, político e historiador, entre outros.

Em 1905 foi criado oficialmente o curso superior de Comércio no Rio de Janeiro, onde a Ciência Econômica era ensinada. Na década de 1910 surgiram cursos em São Paulo e Paraná, sendo criados em 1932 em outros estados como: no Amazonas, Maranhão e Pernambuco (GOMES, 2011).

A profissão de economista foi regulamentada no dia 13 de agosto de 1951, quando o então Presidente Getúlio Vargas sancionou a Lei nº 1.411, cuja ementa enuncia: “Dispõe sobre a profissão de economista”, apenas os profissionais que estiverem registrados nos CORECONS pelos quais será expedida a carteira profissional. Adiciona-se a esta lei o Decreto nº 31.794, de 17 de novembro de 1952, que realiza a delimitação da profissão do economista, seu campo de atuação, modalidades das atividades e exigências formais reguladoras da profissão. Passaram-se cinco anos após a Lei nº 1.411/51 e a nº 31.794/52 para que fosse baixada uma primeira Resolução definidora das atividades dos associados, distribuídas em quatro grandes grupos, conforme segue: 1) Planejamento econômico, financeiro e administrativo; 2) organização econômico-administrativa; 3) estudos, análises e pareceres; 4) perícias, avaliações e arbitramentos.

A profissão de economista no Brasil é regulamentada pelas Leis: nº 6.021, de 03 de janeiro de 1974, nº 6.537 de 19 de junho de 1978 e nº 6.206 de 07 de maio de 1975. A regulamentação da profissão de economista ocorreu em um momento em que a sociedade brasileira estava passando por uma série de transformações de âmbito econômico, social e estrutural. Neste período, o Brasil realizou as primeiras tentativas de planejamento da economia.

Contudo, após o fracasso de inúmeros planos de estabilização, o planejamento do desenvolvimento em escala nacional ou mesmo regional passou a ser substituído pelo planejamento estratégico local. Sendo o profissional do planejamento, no caso, o economista, substituído pelo consultor estratégico que apresenta as ferramentas “mágicas” capazes de solucionar estes problemas (COSTA, 2011).

A profissão de economista pode ser exercida na órbita pública, privada ou mista. Entre as atividades inerentes à profissão, pode-se listar:

- a) assessoria, consultoria e pesquisa econômico-financeira;
- b) estudos de mercado e de viabilidade econômico-financeira;
- c) análise e elaboração de cenários econômicos, planejamento estratégico nas áreas social, econômica e financeira;
- d) estudo e análise de mercado financeiro e de capitais e derivativos;
- e) estudo de viabilidade e de mercado relacionado à economia da tecnologia, do conhecimento e da informação, da cultura e do turismo;
- f) produção e análise de informações estatísticas de natureza econômica e financeira, incluindo contas nacionais e índices de preços;
- g) planejamento, formulação, implementação, acompanhamento e avaliação econômico-financeira de política tributária e finanças públicas;
- h) assessoria, consultoria, formulação, análise e implementação de política econômica, fiscal, monetária, cambial e creditícia.
- i) planejamento, formulação, implementação, acompanhamento e avaliação de planos, programas, projetos de natureza econômico-financeira;
- j) Avaliação patrimonial econômico-financeira de empresas e avaliação econômica de bens intangíveis;
- k) perícia judicial e extrajudicial e assistência técnica, mediação e arbitragem, em matéria de natureza econômico-financeira, incluindo cálculos de liquidação;
- l) análise financeira de investimentos;
- m) estudo e análise para elaboração de orçamentos públicos e privados e avaliação de seus resultados;
- n) estudos de mercado, de viabilidade e de impacto econômico-social relacionados ao meio ambiente, à ecologia, ao desenvolvimento sustentável e aos recursos naturais;
- o) auditoria e fiscalização de natureza econômico-financeira (CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA, 2011, p. 1).

Com as mudanças ocorridas na economia nos últimos anos verificou-se a necessidade de profissionais na área capazes de atender às novas demandas. Desta forma, o papel da universidade é fundamental para a formação de um Economista capaz de identificar, explicar e apresentar as soluções para os problemas existentes nas instituições e na sociedade. No entanto, Costa (2011) critica os cursos que adotam os manuais importados e deixam de lado autores essenciais para o entendimento da nossa realidade econômica e social, como por exemplo, Celso Furtado.

Mendes (2001) afirma que há cerca de vinte anos travava-se no Brasil um intenso debate sobre o perfil e o desempenho do economista, assim como a formação que lhe deve ser proporcionada. Para este, a querela em curso gira em torno da norma vigente reguladora do currículo do Curso de Graduação em Ciências Econômicas desde a sua implantação em 1984.

Para o autor supracitado, a questão que se coloca na fixação de uma política ou diretriz geral para o aprendizado de Economia, é a de discernir e oferecer aos aprendizes um método adequado expresso em: 1) um currículo que ofereça uma sólida e comum base filosófica, científica e técnica. Neste caso, o bacharel em Economia pode, se preferir, voltar-se para quaisquer programas de aperfeiçoamento, especialização ou profissionalização disponíveis; e 2) um outro em que os ecônomos nada mais seriam do que operadores ou executivos.

Em seu livro, intitulado “O Economista e o Ornitorrinco”, Mendes (2001) divide o terreno da economia em quatro grandes “Departamentos” que são rotulados por ele como **E-1**, **E-2**, **E-3** e **E-4** relacionados respectivamente com o “pensar, o professar, o promover e o produzir”. Desta forma, os economistas propriamente ditos estariam no departamento E-1. Enquanto os departamentos E-2 e E-3 seriam povoados por profissionais de natureza híbrida ou complexa, cabendo aos economistas pertencentes ao departamento E-4 a responsabilidade pela produção da riqueza material dos agentes econômicos.

Diante do exposto, não haveria uma categoria única de economista, mas os que se preocupam com os fins da vida econômica - seriam os cientistas e filósofos econômicos - e àqueles com preocupações de natureza puramente técnica, mecânica e imediatistas, seriam denominados como os técnicos em Economia. Mendes (2001) afirma que são as demandas concretas, incluindo as de pura conjuntura do mercado profissional que ditam os variados formatos de ecônomos e de sua formação.

A questão prática a enfrentar é: 1) escolher entre uma formação básica generalista, de amplo espectro; ou 2) outra assumidamente especialista, com alvos estritos e estreitos. Para se ter uma formação generalista, os discentes precisam ser conduzidos a questões de contexto social e ao domínio dos instrumentos de análise e avaliação. “Os rumos que cada um deles vai depois tomar na vida dependem de muitos outros fatores, que escapam ao campo próprio da pedagogia econômica elementar” (MENDES, 2001, p. 13).

Os economistas que buscam esta formação mais específica seriam na realidade, engenheiros, técnicos, operadores de atividades econômicas localizadas e pontuais. E suas ações tenderiam a se confundir, concorrer ou conflitar com as de profissionais afins, nas áreas da Administração, da Contabilidade, do Direito, da Engenharia entre

outras. Mas, afinal, o que tem gerado esses conflitos e confrontos principalmente entre profissionais como economistas, administradores e contadores?

2.3 A Área de Atuação e o Mercado de Trabalho para o Economista

No texto desenvolvido por Machado (2011) é traçado um paralelo entre o futebol e o universo da economia. Destaca que antes de tudo, o economista deve conhecer “O terreno do jogo”, saber em que negócio ele está. Ou seja, cabe ao economista formado ou em vias de ingressar no mercado de trabalho entender o funcionamento da economia para poder planejar a sua carreira.

Cabe ao jogador de futebol conhecer as condições do campo de jogo, para desta forma poder apresentar um bom desempenho. Quanto ao economista, o mesmo deve realizar uma avaliação da conjuntura econômica do país, observar se a economia está crescendo, quais os setores que estão em expansão, se a intervenção do estado na economia está aumentando ou diminuindo, se existe mobilização dos fatores de produção e se os diferentes mercados operam em regime de concorrência. Estas são algumas das informações que podem auxiliar o economista a planejar melhor a sua carreira.

Além do mais, assim como o técnico de futebol que avalia os pontos fortes e fracos da sua equipe e da equipe adversária criando as estratégias de jogo a partir da avaliação realizada, o profissional de economia deve observar e identificar as melhores oportunidades, para tanto deve considerar aspectos como: o segmento em que está apto a atuar; como explorar os seus pontos fortes e a possibilidade de estabelecer um novo nicho – que poderia ser dentro da própria empresa em que atua, ao identificar oportunidades para seu crescimento.

Quanto às oportunidades para o economista, Rodrigues Filho (2011) destaca a área da microeconomia do trabalho. O mesmo afirma que “[...] raras são as organizações que têm a correta percepção de que o trabalho tem forte influência no alcance dos objetivos empresariais, tanto na esfera pública quanto no meio privado” (2011, p. 120). Sendo poucos os gestores capazes de responder a questões relativas à

participação da mão-de-obra frente ao custo da produção, entre outras, em que graças à formação holística e capacidade analítica do economista, este é capaz de responder.

Desta forma, o economista pode atuar em “[...] áreas de planejamento estratégico organizacional, planejamento da força de trabalho, orçamento e acompanhamento de mão-de-obra, auditoria do trabalho, sempre avaliando as ações necessárias a melhorar a produtividade da mão-de-obra” (RODRIGUES FILHO, 2011, p.119). Cabe então, ao economista, ficar atento a estas oportunidades e buscar explorá-las da melhor maneira possível.

Para Gomes (2011), o reconhecimento do papel social do economista pode conduzir a oportunidades de atuação deste profissional em cooperativas, associações, movimentos sociais, instituições sindicais e outras organizações, nas quais poderá desenvolver propostas e projetos socioeconômico-ambientais e análise de conjuntura e realizar contribuições diversas para organizações.

Enfim, para vencer o jogo, o profissional de economia necessita da melhor formação possível, capacidade de atuar com desenvoltura tanto individualmente como em equipe e ter um espírito empreendedor, não apenas no próprio negócio, mas, também, dentro da empresa em que atua.

Entre os anos de 1999 e 2009 o mercado de trabalho para o economista apresentou uma expansão. O crescimento deste mercado para o profissional de economia ocorreu devido ao bom desempenho econômico vivenciado pelo Brasil, que mesmo com a crise de 2008, pelo menos até este período não apresentou mudanças significativas no cenário econômico. Apesar da redução verificada no nível de emprego, a economia conseguiu atravessar o início da crise sem grandes perdas - se comparada a países como os Estados Unidos, França, Espanha, Grécia e Portugal - o que ocorreu devido às políticas macroeconômicas de estímulo ao consumo realizadas pelo governo (VIEIRA FILHO, 2011).

Segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) citado por Vieira Filho (2011), de 2002 a 2009, o número de postos de trabalho na área de economia foi ascendente. Em 2002 foram registrados 11,5 mil empregos, enquanto que em 2009 foram 26 mil postos de trabalho.

A maioria desses empregos se encontra na região sudeste e apesar de todos os estados terem apresentado um aumento, o estado de Alagoas foi o único a apresentar redução na oferta de trabalho para o economista. Os estados do Rio de Janeiro, São

Paulo, Minas Gerais e Paraná foram os que alcançaram posição de destaque no ano de 2009, em relação à oferta de trabalho na área econômica.

Nos anos 2000, os estados da região Norte apresentaram de 0 a 99 postos de trabalho para profissionais de economia. A exceção foi o estado do Pará que apresentou de 100 a 299 postos de trabalho. Contudo, em 2009, verificou-se nos estados do Amazonas e Pará uma oferta entre 300 e 999 postos de trabalho para economistas (RAIS, 2009, apud VIEIRA FILHO, 2011).

Segundo Vieira Filho (2011) a administração pública engloba os principais segmentos de atuação no campo da economia. O que explicaria a posição de destaque do setor da administração pública em relação aos demais no que se refere aos postos de trabalho na área de economia. Gomes (2011), no entanto, ressalta que o setor público pouco emprega economistas, pois os concursos públicos realizados são para técnicos científicos, auditores e outros que admitem inscrições de profissionais diversos e não apenas de bacharéis em ciências econômicas. Com relação a este aspecto, ainda durante a graduação deve ficar claro para o futuro profissional de economia que o mesmo pode disputar a mesma ocupação com profissionais de áreas diversas.

A ocupação refere-se ao tipo de trabalho que o indivíduo desenvolve, podendo estar ou não relacionada a sua profissão. A profissão diz respeito a formação do indivíduo, seja ela obtida em um curso superior ou técnico.

Apesar de parecer contraditória, as afirmações dos autores podem servir como um alerta para o futuro economista de que a disputa por vagas no mercado de trabalho, mesmo que estas sejam na área de economia, poderá ocorrer entre os bacharéis em administração, contabilidade, direito e outros mais. O atual mercado de trabalho tem se configurado desta maneira, faz parte do jogo, quem estiver mais bem preparado ou qualificado terá o seu lugar garantido.

Mendes (2001, p. 62) em “O Economista e o Ornitorrinco” levanta a seguinte questão: “Como exercer privativamente profissão supostamente (e do ponto de vista legal) unidisciplinar numa realidade transdisciplinar?”. O mesmo afirma que a Economia,

[...] faz fronteira e disputa terreno com várias outras ciências aplicadas. A sua borda externa mais extensa talvez seja, como insinuado, com a Contabilidade e a Administração.[...] suas estremaduras alcançam também áreas da Engenharia [...] e amplamente, como é natural, as das Ciências Sociais no seu

todo, em particular a Ciência Política, a Sociologia, e muitas vezes a Antropologia [...] (MENDES, 2001, p. 62).

Contudo, Mendes (2001) ressalta que, em decorrência dos acontecimentos dos últimos tempos, é nos casos mais concretos das Ciências Contábeis e da Administração que se deve deter. E observa que da mesma forma que tem acontecido com o Conselho Federal de Economia (COFECON), o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) tem ampliado a compreensão das atribuições do profissional de contabilidade, em sucessivas e minuciosas Resoluções. A última delas, posterior à última do COFECON, “confere ao contabilista a exclusiva faculdade de exercer ‘qualquer tipo de função’ que tenha a ver com os cargos e condições constantes do elenco juntado”(MENDES, 2001, p. 62).

No caso da Administração, Mendes (2001) também destaca que é inevitável que a Economia e a Administração venham a se tocar, a se chocar e por vezes entrar em disputa. E questiona: “**Deve o Sistema COFECON/CORECONs continuar apostando preferentemente na competência legal,** ou voltar-se prioritariamente para a competência *profissional* dos economistas?”(MENDES, grifo do autor, 2001, p. 66). O autor chama a atenção para o fato de que a discussão quase nunca se desloca para a formação dos profissionais em disputa, a partir da apreciação da estrutura dos currículos de graduação. Ou seja, “o foco não é habitualmente dirigido para o estudo comparativo dos respectivos currículos mínimos, se não os plenos, em vigor” (MENDES, 2001, p. 66).

Os números apresentados por Vieira Filho (2011) sobre o quociente locacional dos postos de trabalho na área de economia por estados e setores da economia em 2000 e 2009, refletem que na maioria dos estados brasileiros e em todos da região Norte, comparando os anos de 2000 e 2009 o quociente locacional dos postos de trabalho na área de economia predominou no setor de atividade de administração pública. “O quociente locacional compara a participação percentual de uma região em uma atividade específica com a participação percentual da mesma região no total dos postos de trabalho da economia nacional”(VIEIRA FILHO, 2011, p. 142).

Sendo o valor do quociente superior a 1, há indício de que a região é relativamente mais importante, no contexto nacional, em termos da atividade, do que em termos gerais de todas as atividades. No estado do Amazonas, no ano de 2000, o quociente locacional do posto de trabalho na área de economia no setor de serviços foi igual 1,4, enquanto que em 2009 foi o setor de administração pública que apresentou o

maior quociente locacional do posto de trabalho na área de economia, sendo o mesmo igual a 1,8.

Quanto ao tamanho das empresas responsáveis por ofertar um maior número de vagas para economistas, constatou-se que aquelas com mais de quinhentos funcionários em 2000 eram as que mais geravam empregos para os mesmos, verificando-se uma redução no ano de 2009. Havendo, no entanto, uma elevação da oferta de empregos para este profissional em estabelecimentos menores, conforme números apresentados em 2009, quando ocorreu um aumento de empregos na área de economia nos estabelecimentos de até 100 empregados ((RAIS, 2009, apud VIEIRA FILHO, 2011).

Em relação à faixa etária, menores de 30 anos de idade apresentaram um aumento na participação dos postos de trabalho no período de 1999 a 2009, enquanto os que se encontram na faixa entre 30 e 50 anos tiveram a sua participação reduzida.

Os dados da RAIS (2009) *apud* Vieira Filho (2011) apresentaram um crescimento percentual dos níveis salariais para o profissional de economia acima de R\$ 1500 até R\$ 4500, e uma redução percentual significativa dos empregos para economistas com salários acima de 6000 reais.

Os homens que atuam na área de economia recebem uma remuneração superior às mulheres economistas. Em 2000, os homens recebiam 19% a mais que as mulheres, e no ano de 2009, a diferença aumentou para 23%. As piores remunerações estão nas regiões Norte e Nordeste, enquanto o Distrito Federal tem a melhor remuneração (VIEIRA FILHO, 2011).

3 O PERFIL DOS EGRESSOS DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UFAM E O MERCADO DE TRABALHO

Nessa seção ocorre a descrição do perfil dos egressos do curso no período de 2009 a 2011; destacam-se as atividades desenvolvidas por esses egressos no mercado de trabalho; além de apresentar as opiniões dos egressos em relação à formação obtida no curso e a exigida no mercado de trabalho.

3.1 Perfil dos Egressos

Foram respondidos vinte e sete questionários, dos quais onze por pessoas do sexo feminino (41%) e dezesseis por egressos do sexo masculino (59%).

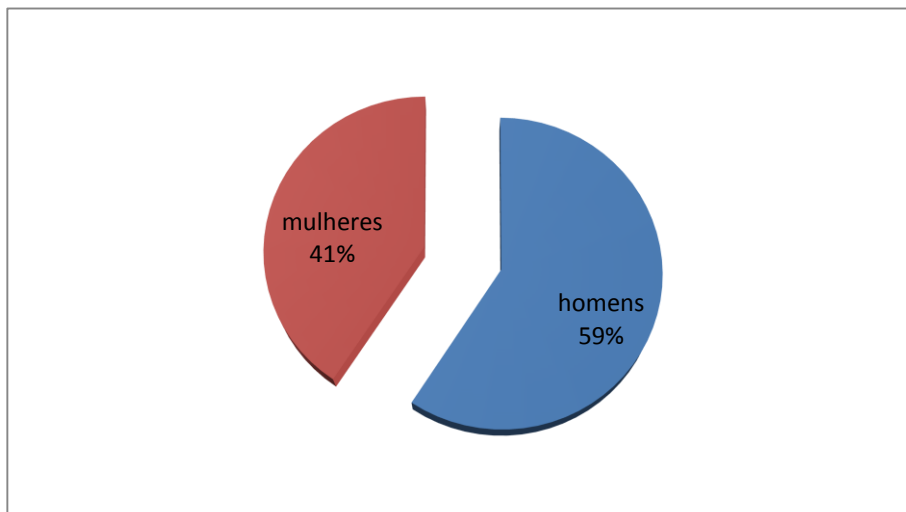


Gráfico 1 – Percentual de questionários respondidos por gênero.
Fonte: Pesquisa de campo.

Em relação à faixa etária dos respondentes, 55% se encontram na faixa de até 30 anos, 30% entre 31 a 39 anos, 11% entre 40 a 49 anos e apenas 4% na faixa entre 50 a 59 anos de idade, conforme o Gráfico 2.

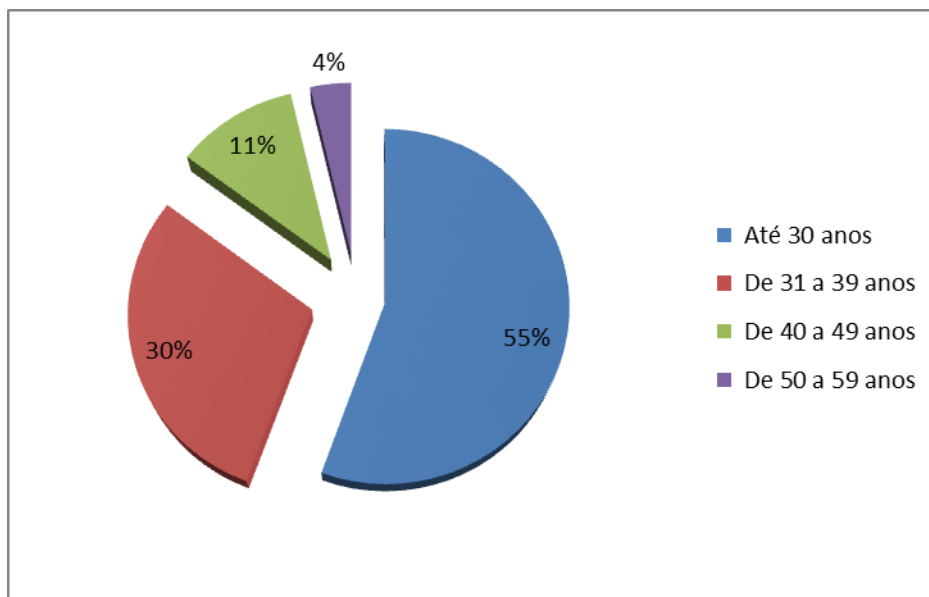


Gráfico 2 – Faixa etária dos egressos.
FONTE: Pesquisa de campo.

Quanto à cor declarada, 13 responderam ser de cor branca, 13 se disseram pardos e uma pessoa não respondeu a questão. Quanto ao estado civil dos entrevistados, dezenove afirmaram ser solteiros e seis casados.

3.2 Formação Acadêmica e Ocupação Durante a Graduação

Os egressos quando questionados sobre os motivos pelos quais haviam decidido cursar Ciências Econômicas, destacaram como principal fator a afinidade com a área, sendo esta a resposta de 44% dos entrevistados. 15% dos respondentes afirmaram que o motivo era para ter um diploma do ensino superior, 22% para abrir seu próprio negócio, 7% devido a oportunidade do mercado de trabalho, 3% por incentivo da família ou de amigos. 18% responderam ter outra razão para cursar economia, tais como: o gosto pela área, o fato de já trabalhar na área e o interesse pelo mercado financeiro; essas foram algumas respostas destacadas entre outras razões. Por sua vez, mais de um motivo foi destacado pelos entrevistados.

Quanto ao tempo levado para concluir o curso, oito entrevistados afirmaram ter concluído em oitos semestres, seis em nove, dois em menos de oito semestres, sete em

doze ou mais semestres, um respondeu que concluiu o curso em onze semestres, e três afirmaram que concluíram o curso em dez semestres.

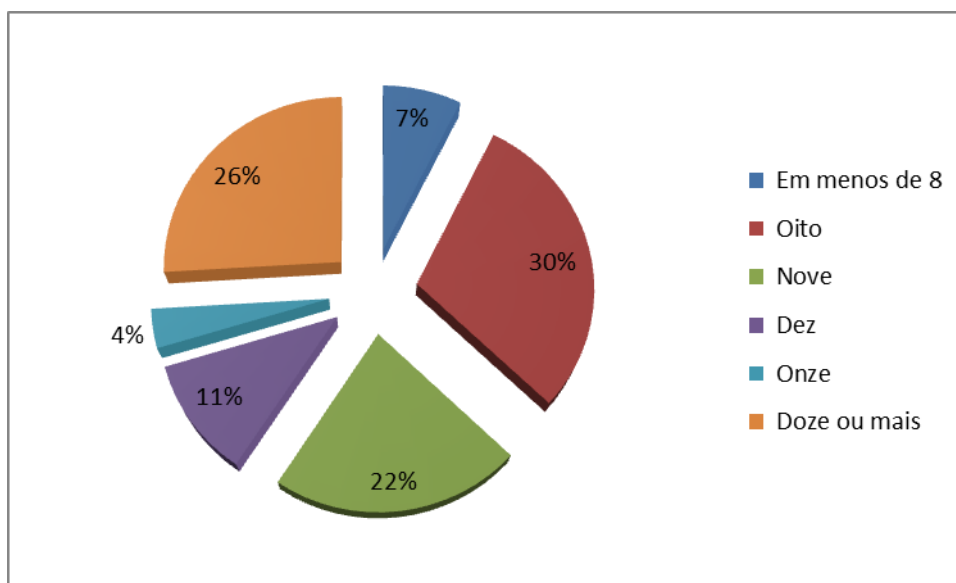


Gráfico 3 - Semestres em que o curso foi concluído.
FONTE: Pesquisa de campo.

Quando perguntados se haviam concluído outro curso de graduação, apenas três afirmaram que sim, sendo citados os seguintes: Engenharia de Produção na Universidade do Estado do Amazonas, Engenharia Mecânica na Universidade de Taubaté (UNITAU) e Ciências Contábeis na Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP). Vinte e três dos respondentes afirmaram ter trabalhado durante a graduação.

3.3 Ocupação Atual

Em relação à ocupação atual dos entrevistados, vinte e três disseram exercer alguma atividade profissional; destes, dez responderam ser era na área de economia e treze em outras áreas. As atividades que os entrevistados responderam exercer foram: pesquisador, bancário, consultor, professor, empresário, gestor público, auditor tributário, trainee, servidor público federal, militar, funcionário do TRE-AM e gerente de loja de equipamentos esportivos.

Quando indagados sobre o tempo que levaram para conseguir um emprego após se formarem, nove afirmaram que foi em menos de um ano, três atestaram ter sido de um a dois anos e dois de dois a três anos.

Com relação ao motivo pelo qual não estariam exercendo atividade profissional na área de economia, as respostas foram as seguintes: quatro apresentaram como motivo o fato de terem encontrado oportunidade melhor em outra área, dois responderam que o mercado de trabalho está saturado, dois por motivos particulares e quatro destacaram outros motivos como o fato de estar estudando para concurso e ter dado continuidade a outra carreira que já exercia.

Em relação à forma como a atividade profissional é exercida: cinco atestaram ser autônomos, quatro empregadores, sete com a carteira assinada, nove afirmaram ser funcionários públicos e três disseram que exerciam atividades como: voluntários, e contrato temporário. Pode-se observar neste caso que, a maioria exerce mais de uma forma de atividade.

Quando perguntados sobre o setor de atividade da empresa ou instituição em que trabalham, cinco declararam ser em consultoria empresarial, quatro em serviço de utilidade pública, dois em pesquisa e desenvolvimento, cinco em administração pública, um em educação e saúde, um na indústria, um na atividade imobiliária e aluguel, dois exercem suas atividades no comércio, dois na intermediação financeira e seguro e três responderam em outro tipo, sendo um deles em planejamento urbano. Mais uma vez, pode-se observar que os profissionais graduados em Ciências Econômicas exercem mais de uma atividade profissional em setores e/ou instituições diferentes.

A maioria dos egressos, nove, afirmaram ter obtido o emprego atual por concurso público, quatro por indicação, três por efetivação de estágio, três por seleção em organização privada e três de outra forma (negócio próprio, escritório próprio).

Em relação à faixa salarial: doze responderam receber até cinco salários mínimos (SM), oito entre cinco e dez SM, um entre dez e vinte salários SM e um acima de vinte salários mínimos, sendo que cinco não responderam a questão.

Quanto ao porte das empresas onde exercem as suas atividades profissionais, apenas um atestou trabalhar em uma empresa com a existência de 5000 funcionários ou mais.

Quando questionados sobre a visão que possuem em relação à perspectiva profissional na área em que exercem as suas atividades, as respostas foram as seguintes:

a) o mercado está em crescimento; b) restrita; c) uma área com alta rotação de funcionários devido ao fluxo intenso de trabalho; d) um mercado que exige melhores qualificações; e) as melhores possíveis; f) sempre há vagas no mercado tanto no setor privado como no público; g) o serviço público é uma excelente área para o graduado em economia; h) bastante abrangente.

Ainda com relação à questão anterior, observou-se que alguns associaram a pergunta à área em que se graduaram, devido às respostas dadas. Algumas respostas foram: a) “a princípio havia certeza de possuir garantida uma oportunidade de atuação na minha área de formação. Porém, o quadro atual não permite que haja essa garantia, devido ao fato da oferta de vagas de emprego ou prestação de serviços apresentarem escassez de mercado, deixando economistas, como eu, sem oportunidades de atuação na área profissional”; b) o mercado para economistas está crescendo, os profissionais estão se qualificando e a competição por uma vaga na área está ficando cada vez mais difícil; c) gostaria de exercer atividades na minha área, no entanto, por ter um cargo de chefia e ter um salário razoável no momento não pretendo ir para minha área de formação; d) “na cidade de Manaus, a perspectiva para quem se forma em economia é pequena. Os escritórios que aqui estão instalados não são suficientes para absorver os bacharéis. O jeito é fazer concurso público, pois as possibilidades de sucesso são maiores”; e) o curso fornece uma base teórica muito boa, ajuda a ter uma visão sistêmica do mercado, facilitando o ingresso em outras áreas; f) boas, creio que o serviço público é uma excelente área para o graduado em economia.

Por sua vez, ao serem questionados sobre suas perspectivas profissionais na área de economia, oito não responderam, os demais apresentaram as seguintes respostas: a) “pretendo atuar na área de consultoria; b) como Economista tenho dúvidas; c) se for relacionado a minha pessoa, falta muito ainda pra aprender sobre a minha área; d) baixa; e) muito concorrida já que existem poucas oportunidades. Muitas consultorias tem seu grupo fechado e dificultam o ganho de experiência profissional na área; e) uma excelente perspectiva, pois sempre há espaço no mercado para os bons profissionais; f) que ela me ajude a crescer com a minha empresa assim como está ajudando; g) as perspectivas na área em que me graduei não são muito promissoras. Poucas empresas privadas dão valor ao trabalho de um economista. Sinto-me privilegiado por trabalhar em uma empresa onde grande parte dos membros da diretoria possui graduação em economia, o que valoriza meu trabalho e minha formação. Contudo, mesmo com essa

valorização, escolhi fazer um MBA mais voltado para a área de Administração de Empresas com Ênfase em Gestão, na Fundação Getúlio Vargas, realizado na cidade de São Paulo; h) estou aguardando nomeação em um concurso público no qual trabalharei na área; i) meu projeto é estudar e passar em um concurso na área, ou na área fiscal; j) pretendo passar em um concurso público; k) ampliação de vagas e valorização da profissão. Aplicar na prática os conhecimentos adquiridos no curso, estimulando a realização profissional; l) existe perspectiva de promoção para cargos superiores; m) abrangente; n) me tornar um empresário bem sucedido; o) é uma boa área para quem deseja trabalhar com consultoria empresarial ou no gerenciamento empresarial; p) atividade ainda não muito explorada por falta de conhecimento das pessoas e das empresas sobre o trabalho importante dos economistas; q) vejo com bons olhos a gama de oportunidades de crescer como economista”.

3.4 Avaliação do Curso

Em relação à avaliação do curso de economia, quando questionados se estes se sentiam preparados para ingressar no mercado de trabalho após concluírem o curso, 52% responderam que não e 44% que sim.

Quanto ao grau em que o curso contribuiu para o desempenho profissional destes, a avaliação foi a seguinte: 16 declararam que foi médio, 6 disseram que foi elevado e 2 afirmaram que contribuiu pouco sendo que três não responderam.

Sobre as aptidões profissionais que o curso teria contribuído, as respostas foram: dezesseis disseram que ajudou no senso crítico, vinte no conhecimento teórico, doze na consciência social, dez no conhecimento técnico, nove na capacidade de iniciativa, dois na capacidade de inovar, seis no comportamento ético, sete na capacidade de autonomia e três não responderam.

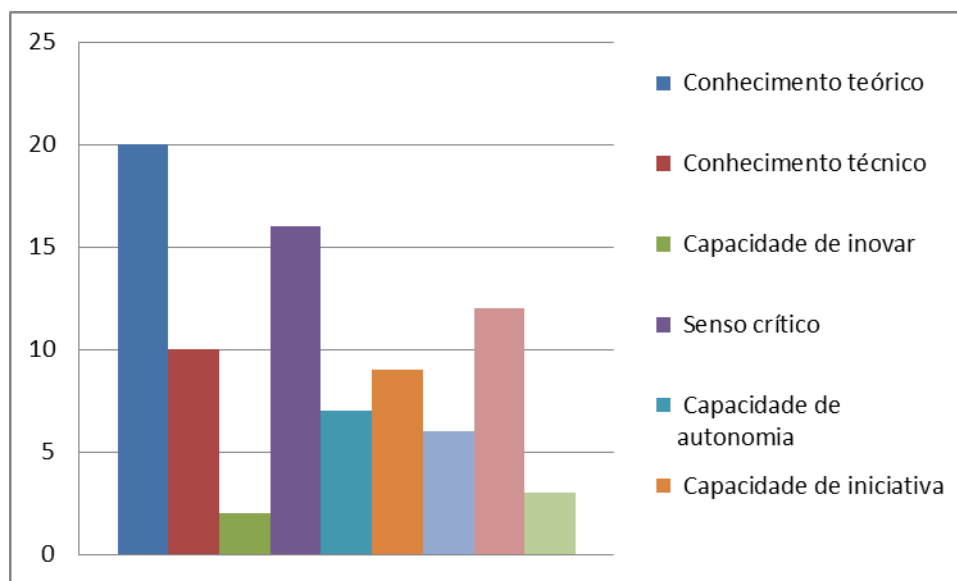


Gráfico 4 – Aptidões profissionais desenvolvidas pelo curso.
 FONTE: Pesquisa de campo.

A maioria dos egressos, 85% destes, atestou que o curso de Economia foi falho em algum aspecto; apenas 11% responderam que não foi falho e 4% destes não responderam a questão. Em relação aos aspectos em que o curso foi falho, as respostas foram: 87% responderam que foi a integração com o mercado, 43% destacaram a infraestrutura, 30% disseram que foi o ensino e 22% indicaram outros motivos – dentre os quais: grade curricular atrasada em relação a outras universidades do Brasil, professores incapazes e com conhecimento defasado e grade curricular em descompasso com as demandas de mercado. Com relação à grade curricular, atualmente encontra-se em vigência um novo projeto pedagógico do Curso.

Com relação ao conceito atribuído aos professores do curso, vinte definiram como bom, um declarou ser ótimo, três afirmaram ser regular e dois responderam que seria ruim e um dos entrevistados não respondeu a questão. Por sua vez, o conceito dado à infraestrutura do curso foi o seguinte: onze responderam que era regular, dez disseram que era bom, quatro responderam que era ruim e dois disseram ser péssimo.

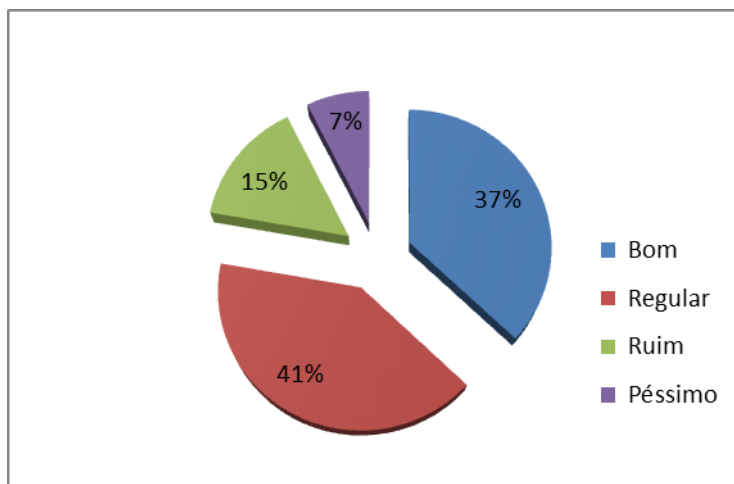


Gráfico 5 - Conceito atribuído à infraestrutura do curso.
 FONTE: Pesquisa de campo.

Quando indagados sobre a integração entre o curso e o mercado de trabalho, 33% disseram ser regular, 41% responderam que era ruim, 15% responderam que era bom e 11% que era péssimo.

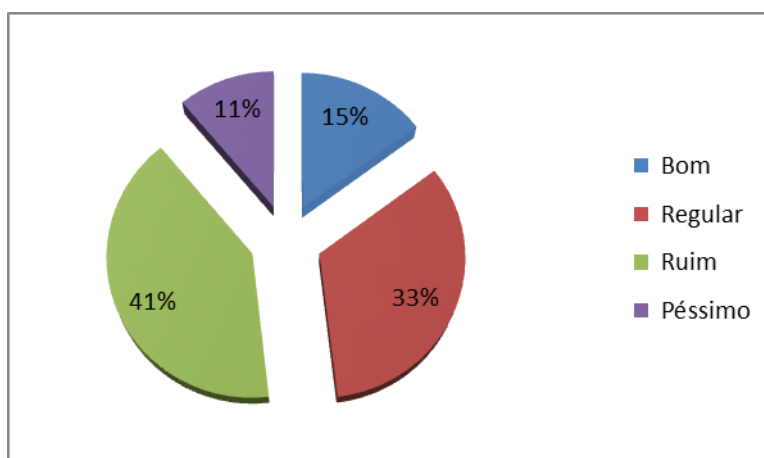


Gráfico 6 - Integração do curso com o mercado de trabalho.
 FONTE: Pesquisa de campo.

Ao serem indagados se recomendariam o curso de Ciências Econômicas da UFAM, vinte e três responderam que sim, dois responderam que não e dois declararam que não sabiam dizer. Em relação à avaliação da adequação do currículo do curso ao exercício profissional, as avaliações foram as seguintes: os egressos afirmaram que as disciplinas teóricas estavam bem estruturadas, mas que o curso era fraco e

essencialmente teórico, faltando à interação da faculdade com o mercado de trabalho e de mais disciplinas práticas.

Sobre os temas ou conteúdos que estes incluiriam na estrutura curricular do curso, apenas um não se posicionou. A seguir as críticas, sugestões e considerações dos egressos em relação à indagação realizada:

Melhorar o conteúdo e aplicação das existentes e ampliar a área financeira; sugiro temas como criatividade no mercado de trabalho, oficinas técnicas; minha percepção foi que algumas cadeiras focavam em demasia a economia regional e no meu modesto entendimento a grade de uma instituição precisa preparar o aluno para o mercado brasileiro, pelo menos. No Brasil é muito forte o mercado financeiro bem como executivos públicos e/ou privados na gestão financeira, faltou carga horária para atender esses quesitos; projeção de cenário econômico seja para empresa ou órgão público e ética; ajustar os conteúdos programáticos de todas as matérias correlacionadas com contabilidade; módulos práticos seriam fundamentais assim como mais abrangência nos campos da profissão; se for para formação profissional como mão de obra qualificada uma disciplina de Bionegócios voltado para a Biotecnologia. Se for para pesquisa a disciplina “Metodologia do ensino superior” seria bem vindo!; *Marketing*, Mercado de Capitais. Porém, não mais como optativa e sim como matéria obrigatória, inclusive dependendo da situação dividida em dois períodos para que seja melhor estudada, matérias relacionadas a Finanças, e matérias que mostrem melhor os problemas atuais e sobre o comércio exterior; para o que se propõe o curso de economia, acredito que a grade curricular está de acordo. Qualquer conteúdo que eu sugira para a inclusão, vai ser mais voltado para a área de administração de empresas, de acordo com a minha experiência atual; ética no trabalho e direito tributário; acredito que a econometria deveria ser uma matéria mais estudada, a impressão é que um semestre acaba sendo pouco pra importância dela para os conhecimentos; algo referente a inovação e sustentabilidade, conceitos em voga; Planejamento e Desenvolvimento Sustentável ; Gestão dos Negócios ; Análise de Decisões e Administração de Riscos ; Marketing Estratégico ; Tecnologia e Sistemas de Informação; Finanças das Empresas; Biotecnologia e Inovação Tecnológica; Mercado de capitais como curso obrigatório; Economia bancária pelo menos como matéria optativa; Exemplos de análises econômicas atuais; estágio supervisionado em algumas empresas; uma matéria que proporcionasse aos alunos conhecimentos práticos; Informática Aplicada à Economia e que os conteúdos de matemática fossem realmente aplicados a economia; pelo que sei a atual grade curricular já inclui novas disciplinas que não faziam parte da época em que me graduei. Ex.: Perícia Judicial Econômica. Creio que a grade curricular atende perfeitamente às exigências atuais para o exercício da profissão; o curso de economia é muito abrangente e por isso todos os que se formam tem um conhecimento de tudo um pouco, mas não tem especialização em alguma área de economia ou pelo menos um direcionamento para aprofundar em tal área que tem afinidade; disciplinas que se relacionem com técnicas práticas, ou seja, aplicar a economia com aulas práticas; laboratórios de informática, estágio em economia; um curso de mercado de capitais mais profundo, pois mesmo que aqui não haja esse tipo de atividade, devemos aprender o que em outros lugares do Brasil se faz com profundidade. Outro ponto seria a melhoria nas disciplinas de matemática, estatística e outras desse ramo das exatas, com professores mais preparados e de preferência do próprio curso de Economia, pois no meu tempo, os professores eram cedidos de outras faculdades e não nos mostraram o quanto estas matérias são cruciais e

importantes no nosso curso de Economia. “Enxugar” os cursos de História do Pensamento Econômico e de Economia Brasileira e da Amazônia, pois as mesmas tem visão retrospectiva, o que é muito importante, mas que devem servir para nos direcionar a uma visão prospectiva, e, portanto, devem ser breves. O foco mesmo deve ser nas matérias contemporâneas. Agindo de outra forma, o curso de Economia da UFAM fatalmente vai ser apenas um curso de História da Economia, com foco apenas no passado, ensinando temas do passado e não andando conforme anda a sociedade; atividades extraclases, estágio obrigatório e laboratório; Matemática Financeira II, Empresa jr, estágio em consultoria.

Deve-se ressaltar que uma nova grade curricular encontra-se em vigor e com algumas das indicações propostas anteriormente. Vale ressaltar que algumas disciplinas sugeridas que não compõem a grade de disciplinas obrigatórias ou optativas ofertadas pelo curso podem ser cursadas como disciplinas optativas em outros cursos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dos 162 egressos do período considerado para a realização da pesquisa, apenas 61 foram efetivamente contatados, o equivalente a 37% do total de egressos, e somente vinte e sete (44%) dos questionários foram respondidos dos quais, 41% por pessoas do sexo feminino e 59% por egressos do sexo masculino. Em relação à faixa etária dos respondentes, 55% encontram-se na faixa etária de até 30 anos, sendo 48% brancos e 48% pardos. No que se refere ao principal motivo para cursar Ciências Econômicas, o fator afinidade predominou. A maioria dos respondentes, vinte e três destes, afirmou ter trabalhado durante a graduação.

Quanto à ocupação atual, vinte e três afirmaram exercer alguma atividade profissional, apenas dez declararam atuar na área de sua formação. Os motivos assinalados para não estarem exercendo atividade profissional na área de economia foram diversos, tais como: oportunidade melhor em outra área, a saturação do mercado de trabalho, motivos particulares e continuidade dada a outra carreira que já exercia.

Quando questionados sobre a visão que possuem em relação à perspectiva profissional na área em que exercem as suas atividades, as respostas foram variadas, alguns apresentaram visões positivas ao contrário de outros, predominando, no entanto, a primeira. Em relação as perspectivas profissionais na área em que se graduaram apenas três das respostas fornecidas pelos entrevistados apresentam uma visão pessimista.

No que concerne as opiniões dos egressos em relação à formação obtida e a exigida no mercado, verificou-se que para 85% dos egressos, o curso de Ciências Econômicas foi falho em algum aspecto, apresentando-se como falha principal pela maioria destes (87%) a integração com o mercado. Por sua vez, 52% dos egressos declararam não se sentir preparados para ingressar no mercado de trabalho e quando indagados sobre a integração entre o curso e o mercado, 33% disseram ser regular, 41% responderam que era ruim, 15% responderam que era bom e 11% que era péssimo. Apesar das afirmações anteriores a maioria dos egressos reconheceu a grande contribuição fornecida pelo curso para o desenvolvimento de algumas aptidões profissionais, tais como o senso crítico e o conhecimento teórico.

Apesar de poucos terem participado da pesquisa e os números apresentados serem passíveis de questionamento, deve-se ressaltar que algumas das respostas

fornecidas pelos egressos do curso podem servir de alerta para o corpo docente em relação ao que já foi realizado e o que tem sido feito para melhorar a qualidade do curso.

Ao mesmo tempo é importante refletir sobre as ações e o comprometimento dos atores, alunos e professores do curso de Ciências Econômicas, envolvidos nesse processo. Pois, apenas com o comprometimento e o trabalho de todos é que os bons resultados poderão ser alcançados.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, J. S. G. de; SOUZA, F. F. de. As novas tecnologias e o mundo do trabalho. In: GOVERNO DA BAHIA/SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL. **Força de trabalho e emprego**: mudanças tecnológicas e o mundo do trabalho. Salvador: Ministério do Trabalho: Sistema Nacional de Emprego – SINE-BA, vol. 10, n.2/3, mai./ago.-set./dez, 1993, p.4-10.

CACCIAMALI, Maria Cristina; TATEI, Fábio. Crise econômica mundial: mudanças nas características do desemprego no mercado de trabalho brasileiro? In: MORETTO, Amilton et. al. (Orgs.). **Economia, desenvolvimento regional e mercado de trabalho do Brasil**. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, Banco do Nordeste do Brasil, Cento de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, 2010. cap. 3, p. 53-77.

CASTIONI, Remi. Reestruturação produtiva e (re) qualificação profissional: empregabilidade e competências. In:SETRAS. **Força de trabalho e emprego**: reestruturação produtiva – qualificação profissional, vol. 15, n. 1, abr., 1998, p. 20-49.

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA. **Consolidação da legislação da profissão de economista** – A profissão do economista – o acesso à profissão e o campo profissional. cap. II. Disponível em: <http://www.cofecon.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=68&Itemid=69>. Acesso em: abr. 2011.

_____. **Os economistas brasileiros**: perfil, mercado de trabalho & opiniões. (questionário).

COSTA, Eduardo José Monteiro da. Um espetáculo em nove atos. In: _____ (Org.). **O economista e a sociedade**: reflexões sobre os 60 anos de regulamentação da profissão no Brasil. Belém: GTR, 2011.p. 21-38.

DEDECCA, C. S; BRANDÃO, S. M. C. Recessão, emprego e desemprego: as perspectivas em relação a este grave problema social. In: GOVERNO DA BAHIA/SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL. **Força de trabalho e emprego**: mudanças tecnológicas e o mundo do trabalho. Salvador: Ministério do Trabalho: Sistema Nacional de Emprego – SINE-BA, vol. 10, n.2/3, mai./ago.-set./dez, 1993, p.11-24.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LINS, João Tertuliano; BENDELLACK, Teobaldo. O economista e o setor público. In: COSTA, Eduardo José Monteiro (Org.). **O economista e a sociedade**: reflexões sobre os 60 anos de regulamentação da profissão no Brasil. Belém: GTR, 2011.p. 109-110.

MACHADO, Luiz Alberto. Reflexões sobre a carreira do economista. In: COSTA, Eduardo José Monteiro (Org.). **O economista e a sociedade**: reflexões sobre os 60 anos de regulamentação da profissão no Brasil. Belém: GTR, 2011.p. 83-102.

MENDES, Armando Dias. **O economista e o ornitorrinco**: ensaios sobre a formação e a profissão dos economistas. Brasília: Coronário Editora Gráfica, 2001.

PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S. de (Orgs.). **Manual de economia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003

POCHMANN, Marcio. **O Trabalho sob fogo cruzado**: exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. Reação do mercado de trabalho no Brasil metropolitano frente à crise internacional. In: MORETTO, Amilton et. al. (Orgs.). **Economia, desenvolvimento regional e mercado de trabalho do Brasil**. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, Banco do Nordeste do Brasil, Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, 2010. cap. 4, p. 79-100.

ROCHA, Denivaldo Targino da. O Economista do século XXI. In: COSTA, Eduardo José Monteiro (Org.). **O economista e a sociedade**: reflexões sobre os 60 anos de regulamentação da profissão no Brasil. Belém: GTR, 2011.p. 123-124.

RODRIGUES FILHO, Antônio de Pádua. A Microeconomia do trabalho: novo campo de atuação do economista. In: COSTA, Eduardo José Monteiro (Org.). **O economista e a sociedade**: reflexões sobre os 60 anos de regulamentação da profissão no Brasil. Belém: GTR, 2011.p. 139-151.

WENDHAUSEN, E. J. Políticas de trabalho, emprego e renda: uma análise das propostas dos governos FHC e Lula. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 99, p. 405-424, jul./set. 2009.

ANEXO A – Questionário aplicado aos egressos do Curso de Ciências Econômicas da UFAM

I DADOS PESSOAIS

1 Sexo:

a. Masculino	
b. Feminino	

2 Qual é a sua faixa de idade?

Faixa de idade	
a. Até 30 anos	
b. De 31 a 39 anos	
c. De 40 a 49 anos	
d. De 50 a 59 anos	
e. 60 anos ou mais	

3 Qual é a sua raça?

Raça	
a. Branca	
b. Negra	
c. Amarela	
d. Indígena	
e. Parda	
f. Nenhuma das respostas anteriores	

4 Qual é o seu estado civil?

Estado civil	
a. Solteiro(a)	
b. Casado(a), ou vive com companheiro(a)	
c. Separado(a)	
d. Divorciado(a)	
e. Viúvo(a)	

II FORMAÇÃO ACADÊMICA E OCUPAÇÃO DURANTE A GRADUAÇÃO

5 Por que decidiu cursar Economia?

Motivo(s) pelo qual decidiu cursar Economia	
a. Para ter um diploma de nível superior	
b. Por ter afinidade com a área	
c. Incentivo da família ou de amigos	
d. Dar continuidade a um negócio próprio ou da família	
e. Para abrir o próprio negócio	
f. Para ser promovido no emprego	
g. Devido a oportunidades do	

mercado de trabalho	
h. Por outra razão. Qual?	

6 Em que ano ingressou no curso de Ciências Econômicas?

7 Em quantos semestres você cursou a graduação em Economia?

a. Em menos de 8	
b. Oito	
c. Nove	
d. Dez	
d. Onze	
e. Doze ou mais	

8 Em que ano concluiu a graduação em Economia?

9 No caso de ter concluído outra graduação, indique o(s) curso(s) e a instituição:

Curso	Instituição

10 Você trabalhou durante o período em que cursou a graduação em Economia?

a. Sim	
b. Não	

III OCUPAÇÃO ATUAL

11 Você está exercendo atividade profissional atualmente?

a. Sim	
b. Não	

12 Caso tenha respondido sim na Questão 11, a atividade exercida é na área de Economia?

a. Sim	
b. Não	

13 Caso tenha respondido sim na Questão 11, informe quanto tempo depois da sua formatura iniciou a atividade:

a. Menos de 1 ano	
b. De 1 ano e 1 mês a 02 anos	
c. De 02 e 1 mês a 03 anos	

d. De 03 anos e 1 mês a 04 anos	
e. Mais de 4 anos	

14 Caso tenha respondido sim na Questão 11, informe a sua atividade atual.

15 Caso a resposta na Questão 12 tenha sido negativa, atribui este fato a qual(is) o(s) motivo(s)?

a. Mercado de trabalho saturado	
b. Melhor oportunidade em outra área	
c. Motivos particulares	
d. Outros motivos. Quais?	

16 De que maneira você exerce a sua atividade profissional?

a. Autônoma	
b. Empregador	
c. Empregado com carteira assinada	
d. Servidor/funcionário público	
e. Outra. Qual?	

17 Qual é o setor de atividade da empresa ou instituição em que você trabalha?

a. Agropecuária	
b. Indústria	
c. Construção	
d. Serviços de utilidade pública	
e. Comércio	
f. Transporte	
g. Turismo	
h. Atividade imobiliária e aluguel	
i. Consultoria Empresarial	
j. Pesquisa e desenvolvimento	
l. Intermediação financeira e seguros	
m. Educação e saúde	
n. Cultura, esporte e lazer	
o. Correio e telecomunicações	
p. Administração pública	
q. Outro	

18 Como você conseguiu o seu emprego atual?

a. Por concurso público	
b. Por efetivação de estágio	
c. Por indicação	
d. Por seleção em organização privada	

e. De outra forma. Qual?	
--------------------------	--

19 Qual é a sua faixa salarial?

a. Até 5 SM	
b. Acima de 5 SM até 10 SM	
c. Acima de 10 SM até 20 SM	
d. Acima de 20 SM	

SM: Salário Mínimo

20 Quantos empregados têm a empresa ou instituição em que você exerce a sua atividade?(Se for funcionário público não responda a questão)

a. Até 04 funcionários	
b. De 05 até 29 funcionários	
c. De 30 até 99 funcionários	
d. De 100 até 999 funcionários	
e. De 1000 até 4999 funcionários	
f. De 5000 funcionários ou mais	

21 Qual sua visão sobre a perspectiva profissional na sua área de trabalho?

IV AVALIAÇÃO DO CURSO

22 Você se sentiu preparado para ingressar no mercado de trabalho quando se formou?

a. Sim	
b. Não	

23 Informe em que grau o seu curso contribuiu para o seu desempenho profissional:

a. Elevado	
b. Médio	
c. Pouco	
d. Nada	

24 Em quais aptidões profissionais você acredita que o curso de Economia tenha ajudado?

a. Conhecimento teórico	
b. Conhecimento técnico	
c. Capacidade de inovar	
d. Senso crítico	
e. Capacidade de autonomia	
f. Capacidade de iniciativa	
g. Comportamento ético	
h. Consciência social	
i. Outros	

25 Em sua opinião, o curso de Economia foi falho em algum aspecto para o seu desempenho profissional?

a. Sim	
b. Não	

26 Caso você tenha respondido afirmativamente a questão 25, informe em que aspecto o curso foi falho:

a. Ensino	
b. Infraestrutura	
c. Integração com o mercado	
d. Outro. Qual?	

27 Qual o conceito que você atribui aos professores do curso que você concluiu?

a. Ótimo	
b. Bom	
c. Regular	
d. Ruim	
e. Péssimo	

28 Qual o conceito que você atribui à infraestrutura do curso que você concluiu?

a. Ótimo	
b. Bom	
c. Regular	
d. Ruim	
e. Péssimo	

29 Qual o conceito que você atribui à integração entre o curso que você concluiu e o mercado?

a. Ótimo	
b. Bom	
c. Regular	
d. Ruim	
e. Péssimo	

30 Qual é a sua avaliação em relação à adequação do currículo da graduação em economia em relação ao exercício profissional?

31 Você recomendaria o curso de Ciências Econômicas da UFAM?

a. Sim	
b. Não	
c. Não sabe	

32 Quais temas ou conteúdos você incluiria na estrutura curricular para adequá-la ao exercício profissional?

Muito Obrigado(a)!